

# Município de Catanduvras



CNPJ: 76.208.842/0001-03

## PARECER JURÍDICO

Através do certame licitatório, Pregão Eletrônico nº 44/2020, fomos solicitados para emitir "Parecer Jurídico" sobre a legalidade do mesmo, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS, COM RECURSOS PROVENIENTES DO PAR, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO: Nº 201306266**

Compulsando a documentação acostada nos autos, verifica-se que a mesma revestiu-se de legalidade.

Verificou-se ampla divulgação de acordo com as publicações realizadas no Diário Oficial dos Municípios do Paraná através do site <http://www.diariomunicipal.com.br/amp/> (Lei Municipal nº 06/2017), e no Diário Oficial Eletrônico do Município, bem como disponibilizado o Edital no site [www.catanduvras.pr.gov.br](http://www.catanduvras.pr.gov.br).

Foram observados os prazos estatuídos pelas legislações pertinentes (Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei Federal 10.520/02) e amplamente contemplados as exigências quanto à modalidade "PREGÃO". Também foram observadas e aplicadas as exigências relativas à Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

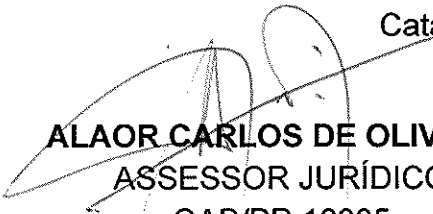
Conforme documentação no processo, 2 (duas) empresas cadastraram suas propostas para participação no certame. Após finalização da etapa de cadastro das propostas, passou-se a fase de lances que ao apurar os vencedores prosseguiu-se para conferência dos documentos, através dos quais as participantes foram declaradas vencedoras do certame.

Ao fim da sessão, não houve demonstração imediata e motivada de interposição de recurso conforme registrado em ata, importando em decadência do direito de recorrer previsto no inciso XX do art. 4º da Lei Federal 10.520/02.

Salvo melhor juízo, opinamos favoravelmente pela homologação da decisão tomada pelo pregoeiro, conforme ata e adjudicação, partes integrantes do procedimento licitatório – "Pregão Eletrônico nº 44/2020", conforme prevê art. 11, inc. XX do Decreto Lei nº 3555/00.

É a nossa manifestação, é o nosso posicionamento, o qual deve ser submetido à apreciação da autoridade superior.

Catanduvras, 05 de novembro de 2020.

  
**ALAOR CARLOS DE OLIVEIRA**  
ASSESSOR JURÍDICO  
OAB/PR 18305